



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS

Processo nº 2240.01.0007142/2021-19

Procedência: Instituto Mineiro de Gestão das Águas.

Interessado: Diretoria de Gestão e Apoio ao Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos – DGAS.

Número: 167/2021

Data: 23/11/2021.

Classificação temática: Direito Administrativo. Ato Normativo. Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

Precedentes: - .

Ementa: DIREITO ADMINISTRATIVO – COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS – ALTERAÇÃO DN CERH/MG nº 69/21 – PRAZO PARA ADEQUAÇÃO DOS REGIMENTOS INTERNOS – PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE.

Referências normativas: Lei Estadual nº 13.199/1999. Decreto Estadual nº 47.065/2016. Deliberação Normativa CERH/MG nº 69/21.

NOTA JURÍDICA

Relatório.

1. Foi encaminhada a esta Procuradoria, para análise e manifestação, minuta de ato normativo (38207131) referente à dilatação do prazo estabelecido no artigo 42, da Deliberação Normativa CERH/MG nº 69/21, para que os comitês de bacias hidrográficas possam adequar seus respectivos regimentos internos a norma legal.
2. Importante ressaltar que a alteração de uma norma já publicada pode ocorrer de duas formas: pelo controle de legalidade (o que não é o caso, pois a dilação do prazo não implica em nenhuma ilegalidade), ou por conveniência e oportunidade administrativas.
3. Nesse sentido, foi anexado aos autos Exposição de Motivos (38205665) com a justificativa acerca da proposta apresentada, entendendo o órgão como uma medida necessária para que os comitês de bacias hidrográficas possam cumprir o prazo estipulado de adequação regimental, sem prejuízo de suas atividades/pautas:

“Assim, considerando sua publicação em 26 de agosto de 2021 o prazo para os CBHs terminaria em 22 de fevereiro de 2022. Neste sentido, considerando que o

mês de fevereiro é e precedido dos meses de dezembro e janeiro, nos quais não há reuniões plenárias nos CBHs, isto dificultaria o cumprimento do respectivo prazo para deliberação dos regimentos, principalmente considerando que é necessário 2/3 de quórum na plenária. Ademais, caso não se cumpra o prazo determinado, as pautas dos Comitês serão sobrestadas para a deliberação de quaisquer outros assuntos, prejudicando assim, sobremaneira o andamento das suas atividades.

Isto posto, propõe-se a alteração do prazo do artigo 42 da Deliberação Normativa CERH nº 69, de 09 de agosto de 2021, para 240 (duzentos e quarenta) dias, com o propósito de se compensar os meses de dezembro e janeiro, conforme já relatado acima.”

4. Para a análise do processo administrativo eletrônico SEI nº 2240.01.0007142/2021-19 foram carreados aos autos os seguintes documentos: Exposição de Motivos de Ato Normativo (38205665); Deliberação Normativa CERH (38207131); Deliberação Normativa CERH nº 69/21 (38207472); e Despacho 342 (38207509).

5. Feito um breve relato a respeito do caso, examina-se a seguir a disciplina jurídica aplicável à situação. Ressalte-se que, em vista das regras da Resolução AGE 93/2021, da Lei Complementar nº 75/2004 e da Lei Complementar nº 81/2004, compete às Assessorias Jurídicas e às Procuradorias prestar consultoria sob o ponto de vista estritamente jurídico, contudo, não lhes compete tratar da conveniência e ou da oportunidade dos atos praticados pela Administração, além de não lhes competir analisar os dados e os aspectos de natureza técnico-administrativa.

Fundamentos.

6. Os Comitês de Bacias Hidrográficas são órgãos colegiados instituídos por Decreto do Governador do Estado, e possuem competências deliberativas, consultivas e normativas a serem exercidas na sua área de jurisdição. Como conselho de política pública integrantes do SISEMA/SEGRH-MG, estes órgãos colegiados são responsáveis pela implementação e acompanhamento da política de recursos hídricos, em sua área de atuação, com vistas a promover a conservação, preservação e recuperação dos recursos hídricos, buscando garantir a melhoria da qualidade do meio ambiente, consagrado como um direito transindividual (de 3ª geração) apto a alcançar os valores constitucionais da fraternidade e solidariedade entre as presentes e futuras gerações.

7. Nesse sentido, elucida Granziera:

“Criados com o intuito de prover a necessária gestão descentralizada entre todos os órgãos e entidades atuantes na política do uso de recursos hídricos, os comitês atuam como um órgão colegiado, com funções consultivas e deliberativas, sendo considerados a instância mais importante de participação e integração do planejamento e das ações na área dos recursos hídricos, posto que se trata do fórum de decisão sobre a utilização da água no âmbito das bacias hidrográficas.”

8. Esses comitês de bacias estabelecem suas regras de funcionamento por meio de regimentos internos, que tem como finalidade aglutinar um conjunto de procedimentos e normas para o exercício de suas atribuições legais, consubstanciadas no artigo 43, da Lei Estadual nº 13.199/99, competências essas de suma importância para a gestão dos recursos hídricos na sua área de influência.

9. Com o intuito de otimizar as atividades e uniformizar os procedimentos dos 36 (trinta e seis) comitês de bacias do Estado de Minas Gerais, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos editou no ano de 2016 a DN nº 52. Essa deliberação normativa foi revogada recentemente pela DN nº 69/21, publicada no Diário Oficial em 26 de agosto de 2021 (34767375), sendo que a mesma conferiu, em seu artigo 42, um prazo de 180 (cento e oitenta) dias para que os CBHs alterassem seus respectivos regimentos internos às novas regras estabelecidas pelo CERH, sob pena de trancamento de suas pautas.

“Art. 42 Os Comitês de Bacias Hidrográficas deverão adequar seus Regimentos Internos aos procedimentos estabelecidos nesta Deliberação Normativa, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da publicação.

Parágrafo único. Transcorrido o prazo a que se refere o caput deste artigo sem que tenha sido promovida a adequação do Regimento Interno, esta será incluída para deliberação em regime de urgência do Comitê de Bacia Hidrográfica, sobrestando-se a pauta para a deliberação de quaisquer outros assuntos.”

10. No entanto, conforme documento constante do evento SEI nº 38205665, observou-se a necessidade de alteração do prazo inicialmente proposto, pelos motivos elencados pela área competente da Autarquia, propondo-se que os CBHs a tenham um lapso temporal de 240 (duzentos e quarenta) dias para adequação de seus regimentos internos.

11. Pois bem, ainda que o Princípio da Razoabilidade seja aplicável no contexto interpretativo da norma, a modificação pretendida abarca seu conceito, considerando que para atingir o fim almejado (adequação regimental, sem trancamento de pauta), a extensão do prazo mostra ser medida combatível e coerente com o objetivo.

12. Segundo Luís Roberto Barroso: *“verifica-se que o princípio da razoabilidade é um valioso instrumento de proteção dos direitos fundamentais e do interesse público, por permitir o controle da discricionariedade dos atos do Poder Público e por funcionar como medida com que uma norma deve ser interpretada no caso concreto para a melhor realização do fim constitucional nela embutido ou decorrente do sistema”* (BARROSO, 2002, p. 373).

13. Cabe também mencionar que a Administração Pública tem a faculdade, com base no seu poder discricionário, de apreciar o caso concreto e segundo critérios de oportunidade e conveniência, escolher entre duas ou mais soluções, todas válidas perante o direito (ARAÚJO, Edemir Netto. **Curso de Direito Administrativo**. 8. ed. São Paulo: Saraiva jur, 2018, p.536).

14. Desse modo, é concedido à Administração a faculdade para a prática dos atos administrativos com liberdade de sua conveniência, conteúdo e oportunidade. Ressalva-se que, a oportunidade faz referência ao momento do ato. Isto é, se ele é urgente e tempestivo. A conveniência, por sua vez, refere-se à relevância do ato. Ou seja, se ele é necessário e se representa justo interesse público.

15. Assim sendo, não vislumbra-se óbice jurídico, a pretensão da Administração Pública em alterar o prazo do artigo 42 da Deliberação Normativa CERH nº 69, de 09 de agosto de 2021, para 240 (duzentos e quarenta) dias.

16. Quanto aos aspectos relacionados à competência para edição do presente ato (DN), remetemos à Nota Jurídica nº 20/2021 (24900097) que tratou a temática quando da análise da proposta de edição da DN CERH nº 69/21, matéria correlata ao presente caso.

Da minuta.

17. Quanto ao exame jurídico-formal do texto da minuta (38207131), importa destacar que a redação deverá estar adequada às normas legais e regulamentares aplicáveis ao caso, sobretudo às normas do Decreto Estadual nº 47.065/2016.

18. Em linhas gerais, o texto da minuta da DN não apresenta quaisquer inconsistências em relação às normas do Decreto Estadual nº 47.065/2016.

Conclusão.

19. Portanto, diante do exposto e tudo o mais que dos autos consta, salvo melhor juízo a Procuradoria do IGAM não encontrou óbice do ponto de vista jurídico a proposta de minuta da Deliberação Normativa sob exame (38207131).

É o entendimento que entende pertinente, sub censura.

Belo Horizonte, 23 de novembro de 2021.

Débora Cunha Penido de Barros
Advogada Autárquica do Estado
OAB/MG: 76.520 MASP: 1099646-0
Procuradoria do IGAM



Documento assinado eletronicamente por **Débora Cunha Penido de Barros, Advogada Autárquica**, em 23/11/2021, às 12:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **38383194** e o código CRC **1A86AE8D**.